

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAYARA BETTENCOURT PINTO DE CARVALHO

DESCRIÇÃO DE IMPACTOS DA TEMPORADA DE VERANEIO: SUBSÍDIOS PARA
O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE- SP

CURITIBA
2014

NAYARA BETTENCOURT PINTO DE CARVALHO

**DESCRIÇÃO DE IMPACTOS DA TEMPORADA DE VERANEIO: SUBSÍDIOS
PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE-SP**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de MBA em Gestão Ambiental, no curso de pós-graduação em Gestão Ambiental, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Afonso Hoeflich

Coorientadores:

Eng. Ftal., M.Sc. André Ramos Dresch

Eng. Ftal., M.Sc. Rafael de Souza Oliveira

**CURITIBA
2014**

Aos meus pais, irmão e namorado, que sempre me apoiaram nas minhas realizações.

AGRADECIMENTOS

Aos responsáveis pelo MBA em Gestão Ambiental do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, pelo suporte fornecido durante todo o decorrer do curso.

Especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Vitor Hoeflich, que muito contribuiu na elaboração deste trabalho.

Aos meus pais e irmão, pelo constante apoio na busca dos meus sonhos.

Aos meus amigos e namorado, pela especial presença nos bons e maus momentos.

*“Há mais coisas entre o céu e a terra do que sonha a
nossa vã filosofia”.*

William Shakespeare.

RESUMO

O município de São Vicente-SP, integrante da Região Metropolitana da Baixada Santista, acompanhou o crescimento populacional da região e atua como cidade dormitório dos pólos industriais e portuários, tendo como principal atividade econômica o setor terciário, em especial o turismo. O município passou a enfrentar, então, problemas durante a temporada de veraneio e feriados prolongados relacionados à saturação da infraestrutura. A insuficiência ações de políticas públicas, aliada à ineficácia das práticas de planificação urbana, tem impossibilitado a busca de formas mais apropriadas de organização da atividade turística. Para que o turismo seja consistente no tempo, é necessária uma mudança de paradigmas e a adoção de conceitos como o desenvolvimento sustentável. Assim, para melhor compreender a dinâmica de uma determinada localidade e a construção de medidas mais sustentáveis, é necessária a identificação dos impactos relacionados à atividade turística nas esferas econômica, social e ambiental. Metodologicamente, o trabalho é um estudo de caso exploratório, com base em revisão bibliográfica e entrevistas. O marco conceitual está alicerçado nos princípios e instrumentos de políticas públicas. O trabalho sugere um plano de ação no município de São Vicente-SP a fim de tomar melhor conhecimento da situação turística local, para que seja possível subsidiar políticas de planejamento. Tem como objetivo geral subsidiar políticas públicas e ações voltadas para o turismo ambientalmente correto para o município de São Vicente-SP, pautadas nas diretrizes do Plano Diretor Municipal, Estatuto da Cidade e Plano Nacional de Turismo. Como objetivos específicos, procura descrever e quantificar os impactos da temporada de veraneio; elaborar relatório da situação geral do turismo no município; e propor programas e ações para a administração pública.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Plano Municipal de Turismo. Plano de Ação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	MAPA DA BAIXADA SANTISTA COM DESTAQUE PARA O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE.....	18
FIGURA 2 -	MAPA DO BRASIL DEMONSTRANDO A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE.....	19
FIGURA 3 -	FOTO DA PRAIA DO GONZAGUINHA EM BAIXA TEMPORADA	20
FIGURA 4 -	FOTOS DA PRAIA DO GONZAGUINHA EM ALTA TEMPORADA.....	20
FIGURA 5 -	FOTO DA PRAIA DO ITARARÉ.....	21
FIGURA 6 -	FOTO DA PRAIA DOS MILIONÁRIOS.....	22
FIGURA 7 -	FOTO DA PRAIA DE ITAQUITANDUVA.....	22
FIGURA 8 -	FOTO DA ENTRADA DO PARQUE ECOLÓGICO VOTURUÁ..	23
FIGURA 9 -	FOTO AÉREA DO PARQUE ESTADUAL XIXOVÁ-JAPUÍ.....	24
FIGURA 10 -	FOTO DA CASA DE MARTIM AFONSO DE SOUZA.....	24
FIGURA 11 -	FOTO DA VILA CENOGRÁFICA DE SÃO VICENTE.....	25
FIGURA 12 -	FOTO DO INTERIOR DO MUSEU JÓIAS DA NATUREZA.....	25
FIGURA 13 -	FOTO DO MARCO PADRÃO.....	26
FIGURA 14 -	FOTO DA BIQUINHA DE ANCHIETA.....	27
FIGURA 15 -	FOTO DO EXTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL.....	27
FIGURA 16 -	FOTO NOTURNA DA PONTE PÊNSIL.....	28
FIGURA 17 -	FOTO DO MONUMENTO NA PRAÇA 22 DE JANEIRO.....	28
FIGURA 18 -	FOTO DO EXTERIOR DA IGREJA MATRIZ.....	29
FIGURA 19 -	FOTO DO MONUMENTO MEMORIAL DOS 500 ANOS DE DESCOBRIMENTO DO BRASIL.....	30
FIGURA 20 -	FOTO DO MONUMENTO DA RUA JAPÃO.....	31
FIGURA 21 -	FOTO DO EXTERIOR DO CENTRO CULTURAL DA IMAGEM E DO SOM.....	31
FIGURA 22 -	SALTADORES DE ASA-DELTA NO MORRO DO ITARARÉ.....	32
FIGURA 23 -	FOTO DE TURISTAS FREQUENTANDO A PLATAFORMA DE PESCA E LAZER.....	32
FIGURA 24 -	FOTO DA APRESENTAÇÃO DA ENCENAÇÃO DA	

	FUNDAÇÃO DA VILA DE SÃO VICENTE.....	33
FIGURA 25 -	PROCESSO DE POLÍTICA.....	34
QUADRO 1 -	PARÂMETROS LEVANTADOS E ANALISADOS NO TRABALHO E SUAS RESPECTIVAS FONTES DE INFORMAÇÃO.....	39
QUADRO 2 -	CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE BALNEABILIDADE DE PRAIAS ANALISADAS SEMANALMENTE OU MENSALMENTE.....	40
QUADRO 3 -	ESPECIFICAÇÕES DA CLASSIFICAÇÃO ANUAL DE BALNEABILIDADE PARA AS PRAIAS COM AMOSTRAGEM SEMANTAL.....	41
FIGURA 26 -	FOTO DA BANDEIRAS VERMELHA, INDICANDO PRAIA IMPRÓPRIA PARA BANHO.....	41
FIGURA 27 -	FOTO DA BANDEIRA VERDE, INDICANDO PRAIA PRÓPRIA PARA BANHO.....	41
QUADRO 4 -	VALORES SONOROS MÁXIMOS EM DECIBÉIS PERMITIDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE PARA CADA TIPO DE ÁREA.....	41
QUADRO 5 -	QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO MUNICIPAL A SER APLICADO. (E) (B) (R) (R) (P) (NS)= EXCELENTE, BOM, REGULAR, RUIM, PÉSSIMO, NÃO SEI. (S) (N) (O)= SIM, NÃO E OCASIONALMENTE.....	44
QUADRO 6	CRONOGRAMA TRIMESTRAL DO PROJETO, REFERENTE AOS ANOS DE 1 E 2.....	45
QUADRO 7 -	SUGESTÕES PRÉVIAS DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -	ORÇAMENTO GERAL DO PROJETO.....	46
TABELA 2-	ORÇAMENTO DETALHADO DO PROJETO.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

AGEM	- Agência Metropolitana da Baixada Santista
CET	- Companhia de Engenharia de Tráfego
CETESB	- Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CODESAVI	- Companhia de Desenvolvimento de São Vicente
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPFL	- Companhia Paulista de Força e Luz
DER	- Departamento de Estradas e Rodagem
ECOVIAS	- Eco Rodovias
IAGM	- Instituto de Assistência, Gestão e Educação de Municípios
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
JEPOM	- Jovens no Exercício do Programa de Orientação Municipal
OSCIP	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEXJ	- Parque Estadual Xixová-Japuí
PRIMAC	- Programa Regional de Identificação e Monitoramento de Áreas Críticas de Inundação, Erosões e Deslizamentos
SABESP	- Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	16
2.1 OBJETIVOS GERAIS.....	16
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
3 MATERIAL E MÉTODOS	17
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	17
3.2 ÁREA DE ESTUDO.....	17
3.2.1 Descrição da Área.....	17
3.2.2 Principais Pontos Turísticos.....	20
3.2.2.1 Praia do Gonzaguinha.....	20
3.2.2.2 Praia do Itararé.....	21
3.2.2.3 Praia dos Milionários.....	21
3.2.2.4 Praia de Itaquitanduva.....	22
3.2.2.5 Parque Ecológico Voturuá.....	23
3.2.2.6 Parque Estadual Xixová-Japuí.....	23
3.2.2.7 Casa Martim Afonso.....	24
3.2.2.8 Vila de São Vicente.....	24
3.2.2.9 Museu Joias da Natureza.....	25
3.2.2.10 Marco Padrão.....	26
3.2.2.11 Biquinha de Anchieta.....	26
3.2.2.12 Mercado Municipal.....	27
3.2.2.13 Ponte Pênsil.....	27
3.2.2.14 Praça 22 de Janeiro.....	28
3.2.2.15 Igreja Matriz.....	29
3.2.2.16 Monumento dos 500 anos.....	29
3.2.2.17 Rua Japão.....	30
3.2.2.18 Centro Cultural da Imagem e do Som.....	30
3.2.2.19 Morro do Itararé.....	31
3.2.2.20 Plataforma de Pesca e Lazer.....	32
3.2.2.21 Encenação.....	32
3.3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	33
3.4 PLANO NACIONAL DE TURISMO.....	35
3.5 PLANO DIRETOR.....	35
3.6 ESTATUTO DA CIDADE.....	36
3.7 PROCESSO DE PLANEJAMENTO.....	37
3.8 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES.....	38
4 CRONOGRAMA	45
5 ORÇAMENTO	46
6 RESULTADOS ESPERADOS	48
7 RESULTADOS ESPERADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	50
8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	52
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A zona costeira constitui um espaço de grande relevância pela diversidade de ecossistemas e por concentrar cerca de 20% da população brasileira, reunindo conflitos socioambientais e de uso e ocupação do solo (SILVA, 2006). É definida no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro como sendo o espaço geográfico de interação do ar, da terra e do mar, abrangendo a faixa marítima e a faixa terrestre, incluindo seus recursos ambientais (BRASIL, 1988). Caracteriza-se pela interdependência dos ecossistemas, do clima, da geomorfologia, da ocupação humana e de importantes processos da dinâmica física, química e biológica (CROSSLAND et al., 2005). A crescente ocupação desordenada nessas regiões tem causado a degradação e destruição de muitos ambientes naturais e extinção de espécies (PEREIRA et al., 2009).

A Baixada Santista, diferentemente de outras áreas metropolitanas paulistas, possui influência direta dos fenômenos ocorridos na zona costeira. A região conta com grandes infraestruturas e pólos de indústria de base, tais como o maior pólo portuário, petroquímico e siderúrgico da América Latina. Em decorrência da presença da função portuária, não foi estruturada em torno do setor primário, razão pela qual apresenta uma formação econômica e social diferenciada. Sua configuração apresenta um cenário tipicamente urbano, ressaltando a importante presença do parque industrial, ainda que o setor terciário seja predominante, tendo a prestação de serviços como uma das principais atividades da região (AGEM, 2002).

Delimitada pela Serra do Mar e o Oceano Atlântico, a região concentra uma população fixa em torno de 1,6 milhões de habitantes, que em momentos de pico turístico sazonal, pode ser triplicada, especialmente pelo fenômeno de veraneio. Até meados da década de 1940, o adensamento populacional da região era decorrente, basicamente, da atividade portuária. Em 1947, houve um aumento da ocupação propiciada pela construção da Rodovia Anchieta, facilitando o acesso da Baixada Santista pela população da Região Metropolitana de São Paulo, acentuando ainda mais o crescimento populacional na região, iniciando outro problema que esta iria enfrentar: a grande população flutuante de veraneio ou temporada (JAKOB, 2003). A partir da inauguração da primeira pista da Rodovia dos Imigrantes em 1976, houve um denso processo de ocupação do território por loteamentos, resultante do *boom* imobiliário ocasionado pelo turismo, decorrente da facilidade e da rapidez oferecidas

pelo deslocamento entre São Paulo e o litoral. Atualmente, é a área litorânea com o maior fluxo de turistas do estado de São Paulo (SILVA, 2006).

Parte integrante da Região Metropolitana da Baixada Santista, o município de São Vicente foi o primeiro município criado no estado de São Paulo, fundado em 1532 por Martim Afonso de Souza (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013). O município acompanhou o crescimento populacional da região e atua como cidade dormitório dos polos industriais e portuários, tendo como principal atividade econômica o setor terciário, em especial o turismo (YOUNG; FUSCO, 2006; AGEM, 2002).

Conhecidamente, a atividade turística bem planejada auxilia no desenvolvimento de infraestrutura, sistemas mais eficientes de transportes, gera empregos, gera renda para manutenção de sítios históricos e culturais e movimentam diversos setores produtivos (SANSOLO; CRUZ, 2003; GUNCE, 2003; SILVA, 2005). No entanto, o turismo também pode desencadear alguns efeitos negativos como degradação da qualidade da água e do ar, destruição da vida selvagem e vegetação, degradação de ambientes costeiros e também alteração histórico cultural da região visitada (CARMO; SILVA, 2009; CARMO; GADOTTI; BOIA, 1999).

O modelo de turismo instaurado no Brasil durante os anos 1970, 1980 e 1990 era voltado para a construção de novos empreendimentos e demandava o máximo de infraestrutura durante os picos das temporadas (PEREIRA; FELIPPE; NETO, 2011), deixando a região parcialmente ociosa durante a maior parte do ano. E esse modelo perdura até hoje. Inclusive, a Política Nacional de Turismo aborda o planejamento governamental turístico como secundário perante o enfoque econômico. O município passou a enfrentar problemas durante a temporada de veraneio e feriados prolongados relacionados à saturação da infraestrutura (YOUNG; FUSCO, 2006). Embora a população sazonal não seja contabilizada pela contagem censitária e não conste das estatísticas oficiais dos municípios, tem impactos decisivos sobre o processo de expansão e produção do espaço urbano, uma vez que esta população, assim como os residentes permanentes, acaba também gerando demandas por habitações, investimentos em infraestrutura e serviços (CUNHA; JACOB; YOUNG, 2006).

Os aspectos econômicos, sociais e ambientais do turismo estão intimamente ligados, não podendo ser analisados separadamente, uma vez que qualquer modificação em uma das áreas irá afetar diretamente todo o sistema. No caso do

turismo, a especulação imobiliária e valorização do solo urbano contribuem significativamente para a segregação sócio-espacial nas áreas de turismo.

A população com maior renda ocupa uma faixa bem delimitada na orla, enquanto a de menor renda é obrigada a habitar áreas mais afastadas e susceptíveis a riscos ambientais (CUNHA; JAKOB; YOUNG, 2006). Conseqüentemente, a ocupação de áreas para uso urbano invariavelmente causou danos ambientais que geram sérias ameaças ao saneamento público e transtornos ao desenvolvimento, no que diz respeito aos aspectos da degradação dos corpos d'água, balneabilidade das praias, diminuição da quantidade e qualidade das águas disponíveis na região, degradação dos mangues, dentre outros. (ZUNDT, 2006; CARMO; SILVA, 2009). Ainda, a exclusão territorial torna indivíduos, famílias e comunidades particularmente vulneráveis, abrindo espaço para a violência e o conflito (ROLNIK, 1999).

A insuficiência de ações de políticas públicas, aliada à ineficácia das práticas de planificação urbana, tem impossibilitado a busca de formas mais apropriadas de organização da atividade turística. Os benefícios do turismo pareciam infinitos, contudo, não houve preocupação nem tempo hábil para a consolidação de um planejamento para o desenvolvimento do turismo. A espontaneidade que caracterizou o desenvolvimento da atividade turística comprometeu os resultados alcançados ao longo do processo e desencadeou impactos negativos nos aspectos econômicos, sociais e culturais (CARMO; GADOTTI; BOIA, 1999).

A escolha do destino turístico está diretamente ligada à qualidade tanto física quanto social do local, ou seja, é uma mercadoria cuja marca é o consumo do espaço. Na medida em que este espaço é desgastado pela urbanização desenfreada, pelo uso indevido da região costeira e pela perda de identidade cultural, o pólo turístico entra em colapso e apresenta uma falsa imagem, quando não há mais correspondência entre o produto ofertado e a imagem que o turista leva (RODRIGUES, 1996).

Para que o turismo seja consistente no tempo é necessária a mudança de paradigmas e a adoção de conceitos como o desenvolvimento sustentável. O conceito mais amplamente utilizado é do Relatório de Brundtland (ONU, 1987), que alia as necessidades das atuais gerações sem prejudicar as necessidades das futuras gerações. Para Sachs (2002) o conceito de desenvolvimento sustentável compreende várias dimensões, como a dimensão econômica, política, social,

ecológica, espacial e cultural. Assim, para melhor compreensão da dinâmica de uma determinada localidade e construção de medidas mais sustentáveis, é necessária a avaliação dos impactos positivos e negativos nas esferas econômica, social e ambiental relacionados à atividade turística. E apesar das evidências de que as atividades de lazer e recreação podem de fato causar impactos, poucos estudos são feitos para tentar minimizar estes efeitos, ou ainda, servir de subsídio ao planejamento de regiões onde este fenômeno ocorre ou possa potencialmente vir a ocorrer (MIDAGLIA, 1994).

O presente trabalho sugere então, um plano de ação no município de São Vicente a fim de tomar melhor conhecimento da situação turística local, para que seja possível subsidiar políticas de planejamento. As políticas devem ser pautadas nos objetivos e diretrizes do Plano Diretor municipal, Estatuto da Cidade e principalmente, no Plano Nacional de Turismo.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVOS GERAIS

Subsidiar políticas públicas e ações voltadas para o turismo ambientalmente correto para o município de São Vicente-SP.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever e quantificar os impactos da temporada de veraneio no município de São Vicente- SP
- Elaborar relatório da situação geral do turismo no município
- Propor programas e ações para a administração pública

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho caracteriza-se, segundo Silva e Menezes (2001) e Gil (2002), como:

- a) pesquisa aplicada, do ponto de vista de sua natureza;
- b) qualitativa e quantitativa, do ponto de vista de abordagem do problema;
- c) exploratória e descritiva, do ponto de vista de seus objetivos;
- d) bibliográfica, documental e de levantamento, do ponto de vista dos procedimentos técnicos.

3.2 ÁREA DE ESTUDO

3.2.1 Descrição da Área

A cidade de São Vicente-SP é o primeiro município brasileiro, fundado em 1532 pelo navegador Martim Afonso de Souza. Está situada a 24°00' S e 46°30' W, no centro do litoral paulista, com uma distância de aproximadamente 70 km da capital. Ao integrar a Região Metropolitana da Baixada Santista, limita-se com os seguintes municípios: ao extremo oeste com os municípios de Itanhaém e Mongaguá, ao noroeste com São Paulo, ao norte com São Bernardo do Campo e Cubatão, ao nordeste-leste com Santos, ao sul com o Oceano Atlântico e ao sul-sudeste com Praia Grande (AMORIM; OLIVEIRA, 2008) (FIGURAS 1 E 2). O bioma predominante é de Mata Atlântica, com presença também de remanescentes de restinga e manguezal (FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

São Vicente possui uma população estimada de 350.465 habitantes e área de unidade territorial de 147.893 km². A economia é mantida basicamente por serviços que somam aproximadamente 85% do produto interno bruto municipal (IBGE, 2013b).

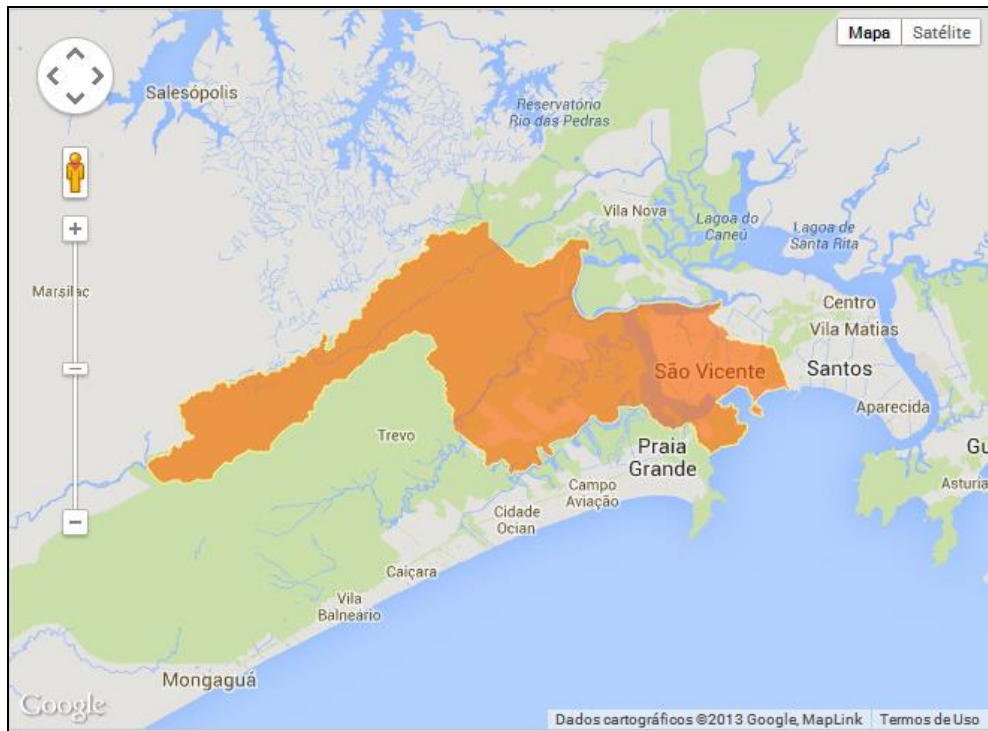


FIGURA 1 – MAPA DA BAIXADA SANTISTA COM DESTAQUE PARA O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
FONTE: IBGE (2013a)

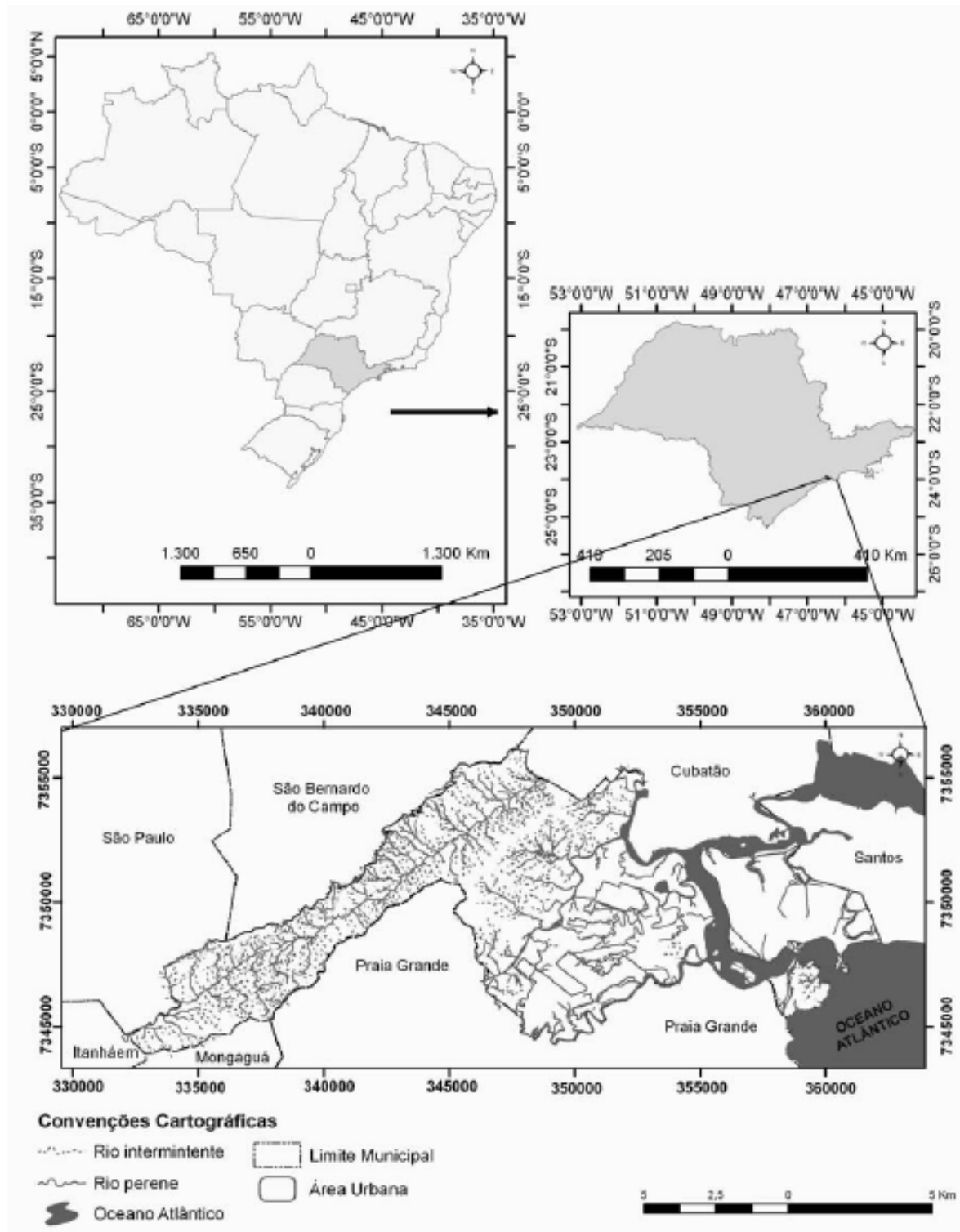


FIGURA 2 – MAPA DO BRASIL DEMONSTRANDO A LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
 FONTE: AMORIM e OLIVEIRA (2008)

3.2.2 Principais Pontos Turísticos

Na condição de balneário e cidade histórica, São Vicente possui diversos pontos turísticos. O município conta com quatro (4) praias: Gonzaguinha, Itararé, Milionários e Itaquitantuva; um (1) Parque Ecológico: Voturuá; um (1) Parque Estadual: Xixová Japuí; (3) Museus: Casa Martim Afonso, Vila de São Vicente e Jóias da Natureza; seis (6) Monumentos Históricos: Marco Padrão, Biquinha, Mercado Municipal, Ponte Pênsil, Praça 22 de Janeiro e Igreja Matriz; além do Monumento dos 500 anos, Rua Japão, Centro Cultural Imagem e Som, Morro do Itararé, Plataforma de Pesca e Lazer e o evento Encenação da Fundação de São Vicente.

3.2.2.1 Praia do Gonzaguinha

A Praia do Gonzaguinha (FIGURAS 3 e 4) possui 800 metros de extensão e fica entre o Parque Estadual Xixová-Japuí e a Praia dos Milionários. Situada em uma baía espaçosa e de águas calmas, a praia tem sido muito procurada pelos praticantes de esportes náuticos, como iatismo, windsurf, esqui aquático e jet ski, sendo a mais movimentada da cidade durante a temporada de verão. Sete quiosques estão instalados ao longo do calçadão, onde há também árvores, bancos e deque de madeira para acesso à areia, além de uma ciclovia conectada à ciclovia da cidade de Santos. Na praia também existe um píer, onde no verão saem passeios diários de escuna pela baía de São Vicente, ilhas e imediações (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURAS 3 E 4 – FOTOS DA PRAIA DO GONZAGUINHA EM BAIXA E ALTA TEMPORADAS RESPECTIVAMENTE.
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.2 Praia do Itararé

Com 2.400 metros de extensão, a Praia do Itararé (FIGURA 5) está situada entre a Ilha Porchat, situada em São Vicente, e a Ilha Urubuqueçaba, situada em Santos. A maior e uma das mais agitadas praias de São Vicente, ela se transforma no principal local de concentração de praticantes de surfe no verão. Na orla, existem 46 quiosques, um complexo de lazer, com calçadão, iluminação, playground e o primeiro jardim de praia com árvores de Mata Atlântica do Brasil. Lá funciona o Teleférico, que leva turistas para o alto do Morro do Itararé, de onde saltam os praticantes de vôo livre. O pouso ocorre em uma área destinada também na orla da praia do Itararé (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 5 – FOTO DA PRAIA DO ITARARÉ
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.3 Praia dos Milionários

Com 200 metros de extensão, a Praia dos Milionários (FIGURA 6) está situada junto às pedras da Ilha Porchat e é a mais tranquila das praias vicentinas. Sua beleza é realçada pelos rochedos a sua esquerda, que propiciam além de agradável lugar para a prática da pesca, uma bela vista da baía de São Vicente e da Ponte Pênsil. Na praia, também é possível alugar barcos para passeios. O nome Milionários é uma referência ao antigo hábito de proprietários de lanchas pararem no local para a prática de mergulho (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).

3.2.2.4 Praia de Itaquitanduva

A praia de Itaquitanduva (FIGURA 7) tem 300m de extensão e apesar de pequena, divide-se naturalmente em três trechos por meio de formações rochosas. O primeiro é ideal para prática do surfe, o segundo atrai os praticantes da pesca e o terceiro é propício aos banhistas. É a mais distante das praias de São Vicente, ficando à 2,4 km do centro. O acesso é feito por uma trilha não pavimentada de aproximadamente 40 minutos, que passa por área de Mata Atlântica do Parque. Não possui qualquer comércio formal ou informal, apenas uma bica natural de água potável que vem da nascente do morro (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 6 – FOTO DA PRAIA DOS MILIONÁRIOS
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)



FIGURA 7 – FOTO DA PRAIA DE ITAQUITANDUVA
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.5 Parque Ecológico Voturuá

O Parque Ecológico Voturuá (FIGURA 8) conta com 825.500 m² de área verde, sendo uma das últimas reservas dentro da zona urbana da cidade de São Vicente. No Parque, que agora também possui o título de Zoológico Municipal, os visitantes podem conhecer várias espécies da fauna brasileira. São mais de 150 animais dentre aves, répteis e mamíferos. Além do zoológico, o local também abriga um pesque-pague e opções de lazer como trilhas ecológicas (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 8 – FOTO DA ENTRADA DO PARQUE ECOLÓGICO VOTURUÁ
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.6 Parque Estadual Xixová-Japuí

O Parque Estadual Xixová-Japuí (FIGURA 9) foi criado em 1993 com o objetivo de resguardar grande valor histórico, cultural, paisagístico e ambiental, concentrado na sua pequena área de remanescente de Mata Atlântica (SÃO PAULO, 1993). Ocupa uma área total de 901 hectares distribuídos nos municípios de São Vicente (347 ha) e Praia Grande (554 ha), sendo 600 ha em terra e o restante em faixa marítima (FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010). O Parque realiza visitas guiadas com horário marcado e recebe em média 69 pessoas por dia durante os meses de janeiro a março, além dos visitantes informais (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).

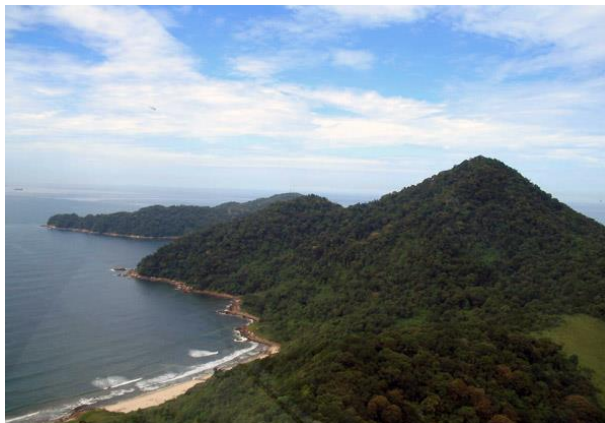


FIGURA 9 – FOTO AÉREA DO PARQUE ESTADUAL XIXOVÁ-JAPUÍ
FONTE: FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (2010)

3.2.2.7 Casa Martim Afonso

A Casa Martim Afonso era uma fortaleza toda de pedra, onde Martim Afonso, fundador da Cidade, residiu por um ano (1532-1533), deixando-a para os capitães-mores que o sucederam. Atualmente, há uma segunda construção no local, que preserva parte da original (FIGURA 10). Uma das atrações do lugar é a primeira parede erguida em alvenaria do Brasil (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 10 – FOTO DA CASA DE MARTIM AFONSO DE SOUZA
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.8 Vila de São Vicente

O local reproduz a arquitetura, usos e costumes da Primeira Cidade Brasileira, colonizada por portugueses (FIGURA 11). No parque, os visitantes podem conhecer o cotidiano colonial do século XVI em diversos espaços culturais que

homenageiam importantes personagens da história vicentina e brasileira na região. Lojas, tavernas e atores também reproduzem o estilo da época da fundação da vila (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).

3.2.2.9 Museu Joias da Natureza

O museu Joias da Natureza possui uma grande quantidade de amostras científicas e didáticas expostas à visitação pública, informação e interatividade (FIGURA 12). Os interessados têm acesso a experimentos, aquários, palestras, cursos, vídeos temáticos, campanhas ecológicas, debates, excursões monitoradas e oficinas de educação ambiental (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 11 – FOTO DA VILA CENOGRÁFICA DE SÃO VICENTE
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)



FIGURA 12 – FOTO DO INTERIOR DO MUSEU JOIAS DA NATUREZA
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.10 Marco Padrão

Inaugurado em 1933, o monumento é o marco de comemoração dos 400 anos da Fundação de São Vicente (FIGURA 13). Encontra-se dentro de uma ilhota no mar conhecida como Pedra do Mato. Foi oferecida pela colônia portuguesa de Santos e São Vicente. Localiza-se na Praia do Gonzaguinha, próximo à Biquinha de Anchieta (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).

3.2.2.11 Biquinha de Anchieta

Existente desde 1553, a Biquinha de Anchieta foi uma das principais fontes de água da população de São Vicente durante séculos (FIGURA 14). Seus belos azulejos azuis trabalhados a mão são relíquias históricas. Lá, o famoso padre jesuíta bebia água e catequizava índios. Além da bica, a praça conta com uma estátua em tamanho natural do padre (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 13 – FOTO DO MARCO PADRÃO
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)



FIGURA 14 – FOTO DA BIQUINHA DE ANCHIETA
 FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.12 Mercado Municipal

Construído em 1729, funcionou durante 186 anos como a Primeira Câmara Municipal. No prédio, também funcionavam a Cadeia e o quartel da Polícia. Porém, desde 1870, São Vicente já necessitava de um posto central de abastecimento, pois todo o comércio era realizado por alguns armazéns, pequenas quitandas e vendedores ambulantes. Por isso, em 1929, o local foi transformado em Mercado Municipal (FIGURA 15), onde funcionam atualmente 49 boxes (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 15 – FOTO DO EXTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL
 FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.13 Ponte Pênsil

O cartão-postal número um de São Vicente é a Ponte Pênsil, que foi a primeira do gênero construída no Brasil (FIGURA 16). Tombada como patrimônio

histórico, a ponte foi inaugurada em 21 de maio de 1914, revelando-se fundamental no desenvolvimento da região. A ponte ainda mantém parte do material original utilizado na obra, vindo da Alemanha, como os cabos de aço (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 16 – FOTO NOTURNA DA PONTE PÊNSIL
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.14 Praça 22 de Janeiro

A Praça 22 de Janeiro fica localizada em frente à Biquinha de Anchieta e conta com um parque de 8.170 metros quadrados de áreas verdes, monumentos e equipamentos de lazer (FIGURA 17). O local tem playground, gruta com cascata, jardim gramado, sanitários e lanchonete (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 17 – FOTO DO MONUMENTO NA PRAÇA 22 DE JANEIRO
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.15 Igreja Matriz

O primeiro prédio a abrigar a Igreja Matriz foi construído por Martim Afonso de Sousa, em 1532, próximo à praia onde aconteceu a fundação oficial da Vila de São Vicente. A construção foi destruída por um maremoto, que varreu a cidade em 1542. A segunda sede foi erguida pelo povo em local mais distante do mar, mas foi destruída por piratas que atacaram São Vicente para saquear o comércio e as casas. Em 1757, a atual igreja foi reconstruída sobre as ruínas da anterior, onde permanece até hoje e passa por uma restauração. Seu nome é uma homenagem a São Vicente Mártir, santo espanhol que deu nome à Cidade e hoje é seu padroeiro. Em 2006, foi concluída a reforma que restaurou o que seria a estrutura original da Igreja (FIGURA 18). Na oportunidade, foram descobertas lápides próximas ao altar e à escadaria original da entrada (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).

3.2.2.16 Monumento dos 500 anos

Uma das mais belas vistas das praias de São Vicente pode ser apreciada do Memorial dos 500 anos do Descobrimento do Brasil (FIGURA 19), que fica no alto da Ilha Porchat. A plataforma, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, tem um design que chama atenção por sua beleza e linhas arrojadas. O mirante aponta uma linha imaginária direto para uma das principais obras de Niemeyer, o Congresso Nacional, em Brasília (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 18 – FOTO DO EXTERIOR DA IGREJA MATRIZ
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)



FIGURA 19 – FOTO DO MONUMENTO MEMORIAL DOS 500 ANOS DE DESCOBRIMENTO DO BRASIL

FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.17 Rua Japão

Inaugurada em agosto de 1998, a Praça Kotoku Iha se caracteriza como o marco da Rua Japão, que ficou conhecida como um núcleo de pescadores (FIGURA 20). A idéia de transformar o local em um recanto japonês partiu da união de São Vicente com a cidade de Naha, na Província de Okinawa, no Japão, que é cidade-irmã. A área é famosa por seu portal e pedra da sorte (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).

3.2.2.18 Centro Cultural da Imagem e do Som

Inaugurado em 22 de janeiro de 2000, o complexo abriga um cinema 3D - Túnel do Tempo, primeiro anfiteatro tridimensional da América Latina, com 75 lugares e entrada franca (FIGURA 21). As laterais desse auditório mostram uma seqüência de fotos, semelhante a fotogramas, com cenas da Encenação da Chegada de Martim Afonso de Sousa a São Vicente (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 20 – FOTO DO MONUMENTO DA RUA JAPÃO
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)



FIGURA 21 – FOTO DO EXTERIOR DO CENTRO CULTURAL DA IMAGEM E DO SOM
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.19 Morro do Itararé

Muito utilizado pelos praticantes de vôo-livre, o Morro do Itararé (FIGURA 22), também chamado de Asa-Delta ou Voturuá, tem seu ponto máximo a 180 metros de altura e proporciona uma das mais belas vistas da Baixada, permitindo a visão de São Vicente, Santos, Guarujá, Praia Grande e Cubatão. O acesso é feito pela divisa com Santos, a partir da subida do Morro do José Menino. Lá funciona o Teleférico, cuja base e venda de ingressos fica na Praia do Itararé (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 22 – SALTADORES DE ASA-DELTA NO MORRO DO ITARARÉ
 FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.20 Plataforma de Pesca e Lazer

Ainda na Praia do Gonzaguinha, fica localizada a Plataforma de Pesca e Lazer (FIGURA 23), um deck onde moradores e pescadores podem apreciar a vista da Baía de São Vicente e praticar caminhadas e pesca. A plataforma tem 700 metros e liga o Marco Padrão à Ponte Pênsil (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 23 – FOTO DE TURISTAS FREQUENTANDO A PLATAFORMA DE PESCA E LAZER
 FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.2.2.21 Encenação

Considerada o Maior Espetáculo em Areia de Praia do Mundo, A Encenação da Fundação da Vila de São Vicente (FIGURA 24) foi criada em 1982. No início, era feita em um pequeno cercado na praia do Gonzaguinha, por voluntários da comunidade que se reuniam de dia para comemorar o aniversário da Cidade. Em 1998, foi criada uma grande arena onde atores contam a história da chegada de

Martim Afonso. Cerca de 60 mil pessoas assistem todos os anos aos sete dias de espetáculo. Um dos grandes atrativos é a réplica da caravela do Descobrimento do Brasil, a “Espírito Santo” (PREFEITURA DE SÃO VICENTE, 2013).



FIGURA 24 – FOTO DA APRESENTAÇÃO DA ENCENAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA VILA DE SÃO VICENTE
FONTE: PREFEITURA DE SÃO VICENTE (2013)

3.3 CONCEITOS FUNDAMENTAIS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Lynn (1980) define políticas públicas como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos que agem diretamente, através de programas e ações ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Para Santos (2005), as políticas públicas constituem um dos principais resultados da ação do Estado. Portanto, o governo é produtor, por excelência, de políticas públicas, sendo sua essência o embate em torno de idéias e interesses (SOUZA, 2006).

Schmithüsen (2005) indica que a política pública deve expressar os conteúdos e as decisões relativas a campos ou setores específicos, segundo determinam os planos, objetivos e medidas predominantes que regulam questões de interesse público importantes. Frey (2000) ainda conclui que é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento.

Depois de desenhadas e formuladas, as políticas públicas se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas.

Quando postas em ação, são implementadas, ficando assim submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

Merlo e Paveri (1997) descrevem o processo político, o que pode ser observado na Figura 25.

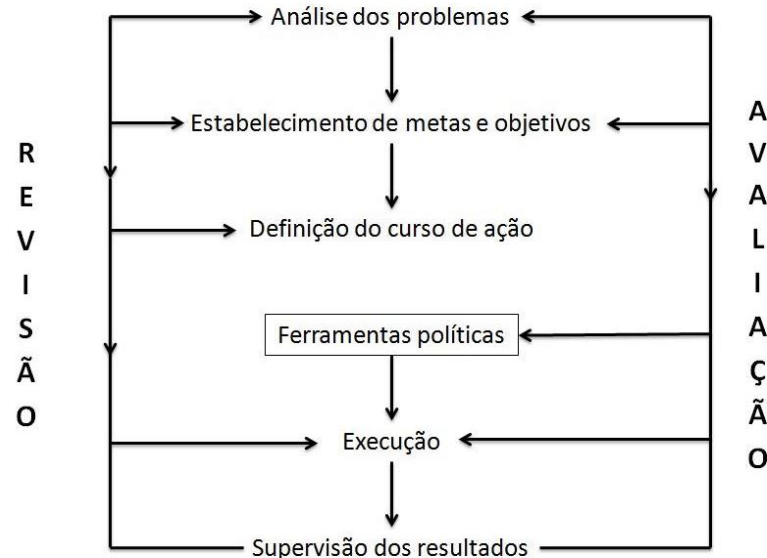


FIGURA 25 - PROCESSO DE POLÍTICA
 FONTE: MERLO e PAVERI (1997), adaptado pela autora (2013)

O processo que garante as políticas públicas pode envolver a participação de diversos atores, dentre eles a burocracia estatal, os fornecedores de insumos e serviços ao poder público e a sociedade civil. O papel atribuído aos atores é determinado em grande medida pelos interesses que guiam a ação de cada um deles.

Ao Estado, é atribuída a maior parcela de responsabilidade, exatamente porque ele mobiliza os recursos necessários para a elaboração, a execução e o monitoramento das diversas políticas públicas. Aos prestadores de serviços e fornecedores do Estado, é garantido, por força das leis orgânicas das diversas políticas públicas, participar dos respectivos canais institucionais. À sociedade civil, também é garantida a participação na formulação dessas políticas; ela aparece na “ponta” da política pública e tem como principal interesse a sua boa execução. Assim sendo, a avaliação e consideração dos interesses de cada um dos atores envolvidos em determinado assunto é de extrema importância para o adequado planejamento e implementação de políticas públicas (SANTOS, 2009).

3.4 PLANO NACIONAL DE TURISMO

Partindo da premissa de que a política pública de turismo é tudo aquilo que um governo decide fazer ou não relativamente ao setor, temos de considerar o plano como um produto da política pública (SANSOLO; CRUZ, 2003). A formulação do Plano Nacional de Turismo, aprovado pelo Decreto nº 7.994/2013, consolida a Política Nacional de Turismo (Lei 11.771/2008) e apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade no Brasil. Resulta do esforço integrado do governo federal, envolvendo a iniciativa privada e o setor terciário (PORTAL DO PLANALTO, 2013).

O Plano Nacional de Turismo prevê a realização de estudos e pesquisas que objetivem um maior conhecimento sobre o turismo, o mercado e o território; a estruturação dos destinos; o fomento, a regulação e a qualificação dos serviços turísticos; a promoção dos produtos turísticos; o estímulo ao desenvolvimento sustentável da atividade; o fortalecimento da gestão descentralizada, das parcerias e da participação social; e a melhoria de um ambiente jurídico favorável ao setor (PORTAL DO PLANALTO, 2013). Destaca ainda, no âmbito da gestão, as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a participação e o diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento; e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento (BRASIL, 2013a; BRASIL, 2013b).

3.5 PLANO DIRETOR

O plano diretor municipal é um instrumento de planejamento e gestão de municípios e prefeituras, considerado, atualmente, de importância inquestionável (REZENDE; ULTRAMARI, 2007). É um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresenta um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e a futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1999).

Os problemas do plano diretor municipal estão mais relacionados com as temáticas territoriais: desenvolvimento econômico, reabilitação de áreas centrais da cidade e sítios históricos, avaliação e atividades em áreas rurais, políticas habitacionais, regularização fundiária, transporte e mobilidade, saneamento ambiental, estudos de impactos de vizinhança, instrumentos tributários e de indução de desenvolvimento, desenvolvimento regional e outras questões de ocupação do solo (REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

A Lei Complementar nº 270 de 29 de dezembro de 1999, institui o Plano Diretor do município de São Vicente, instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana, cujo objetivo principal é conduzir o crescimento ordenado da cidade, proporcionando uma melhor qualidade de vida a seus habitantes e garantindo o cumprimento da função social da cidade. Como um dos objetivos político-econômicos, físico-territoriais e sociais do município de São Vicente, o Plano determina “instituir normas que garantam o desenvolvimento do turismo, por constituir a vocação econômica prioritária do Município, como gerador de emprego e renda, protetor do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, arrecadador de recursos e promotor de uma imagem positiva da cidade” (SÃO VICENTE, 1999).

3.6 ESTATUTO DA CIDADE

A Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, estabeleceu normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana, para que esta atenda a sua função social. Dentre as diretrizes gerais da política urbana apresentadas é possível destacar a garantia do direito a cidades sustentáveis, a gestão democrática das cidades e o planejamento do desenvolvimento das cidades (BRASIL, 2001).

O Estatuto da Cidade regulamenta os principais institutos jurídicos e políticos de intervenção urbana, reafirma os princípios básicos estabelecidos pela Constituição da União (BRASIL, 1988), preservando o caráter municipalista, a centralidade do plano diretor como instrumento básico da política urbana e a ênfase na gestão democrática (CARVALHO, 2001). No caso do Plano Diretor Municipal, o Estatuto impõe não apenas o que se deve buscar com esse instrumento, mas avança inclusive para determinações de ordem metodológica e operacional.

Incorporaram-se também nessa discussão os diversos agentes sociais, econômicos e políticos que a compõem, buscando compromissos e definindo ações prioritárias (REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

Sem perder o caráter municipalista, o Estatuto da Cidade amplia a obrigatoriedade do plano diretor, estabelecida genericamente na Constituição de 1988, aos municípios com população superior a 20 mil habitantes. Assim, o plano diretor é também obrigatório aos municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, às áreas de especial interesse turístico e às áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional (CARVALHO, 2001).

3.7 PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Planejamento é um processo contínuo de tomadas de decisão, voltado para o futuro e para a perseguição de um ou mais fins (SANSOLO; CRUZ, 2003). A prática do planejamento nos municípios visa corrigir distorções administrativas, facilitar a gestão municipal, alterar condições indesejáveis para a comunidade local, remover empecilhos institucionais e assegurar a viabilização de propostas estratégicas, objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas (REZENDE; ULTRAMARI, 2007). O planejamento é, de fato, uma das funções clássicas da administração científica indispensável ao gestor municipal. Planejar a cidade é essencial, é o ponto de partida para uma gestão municipal efetiva diante da máquina pública, onde a qualidade do planejamento ditará os rumos para uma boa ou má gestão, com reflexos diretos no bem-estar dos munícipes (ANDRADE et al., 2005).

O planejamento turístico consiste em ordenar as formas e funções relacionadas à atividade sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando, assim, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade (RUSCHMANN, 2002). O planejamento é um processo e não algo estático, e, por ser dinâmico, deve ser monitorado para sempre sofrer revisão e correção dos rumos (MESQUITA, 2001). É importante ressaltar que, sendo o planejamento um processo, deve estar aliado às políticas públicas, que nada mais são do que o posicionamento da administração pública frente a um aspecto da vida social em um dado momento

(SANSOLO; CRUZ, 2003). Sendo assim, as políticas públicas, o planejamento e os planos de ação derivados destes irão nortear o futuro turístico da região em questão.

Com isso, o planejamento deve ser orientado de forma a ser gerido pelas partes que serão mais amplamente afetadas, que incluem a população, com seus desejos e críticas, e o conjunto de empresários locais de turismo, os quais serão beneficiados ou não com o desenrolar do planejamento (MESQUITA, 2001). Trata-se, então, de uma proposta de gestão participativa, na qual a população passa a ser definidora, conjuntamente com os técnicos planejadores do processo de incremento da atividade, podendo interferir e definir o que lhe parecer melhor e conveniente (SILVA, 2009; SILVA, 2010). O papel do Estado na composição de políticas de turismo deverá ser o de determinar as prioridades, a criação de normas e a administração de recursos e estímulos. O governo, então, dará as diretrizes e proverá as facilidades, através, sobretudo, das políticas de turismo. Em suma, turismo é uma atividade que requer a intervenção proeminente do Estado, necessitando de coordenação e planejamento de seu desenvolvimento, que só podem ser promovidos pelo poder público (GUNCE, 2003).

3.8 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

A descrição dos impactos será realizada a partir das informações disponibilizadas pelos diversos setores envolvidos em algum grau com o setor turístico do município. Para que a descrição não sofra influências pontuais ou por desvios do padrão turístico de determinada temporada, serão considerados documentos referentes às temporadas de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Apesar de a zona costeira receber turistas em diversas épocas do ano, como feriados prolongados e finais de semana, o projeto abrangerá apenas a temporada de veraneio, por possuir impacto mais evidente da população flutuante. Consideramos temporada de verão o intervalo de 15 de dezembro a 01 de março. Serão sempre comparados dados de baixa temporada com os de alta temporada, para real observação das modificações dos parâmetros analisados (Quadro 1).

Inicialmente, o número e o fluxo de turistas serão estimados com base nos dados disponibilizados pela Polícia Rodoviária do Estado de São Paulo, DER (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM, 2013) e ECOVIAS, concessionária que opera o Sistema Anchieta- Imigrantes, rodovia que liga a região

metropolitana de São Paulo à região metropolitana da Baixada Santista (ECORODOVIAS, 2013). Além do número de turistas, os dados da Polícia Rodoviária e DER também indicarão o número de ocorrência de acidentes e multas de trânsito no período analisado. Já as informações da ECOVIAS indicarão o faturamento com pedágios e a situação de tráfego nas rodovias de acesso.

Quanto à descrição direta dos impactos causados, a alteração do consumo de água, bem como dos custos de captação, tratamento de água e esgoto, distribuição e destinação no município, as informações serão obtidas a partir dos relatórios da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), empresa de economia mista responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos (COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013). As informações sobre a modificação do consumo de energia, lucros e custos na geração, distribuição e manutenção serão da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), grupo de 36 empresas responsável pela distribuição, geração e comercialização de energia (COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, 2013).

Parâmetros	Fonte das Informações
Fluxo de turistas	Polícia Rodoviária
	DER
	ECOVIAS
Tráfego nas rodovias	ECOVIAS
Faturamento com pedágio	ECOVIAS
Acidentes e multas nas rodovias	Polícia Rodoviária
	DER
Consumo de água	SABESP
Consumo de energia	CPFL
Balenabilidade das praias	CETESB
Qualidade do ar	CETESB
Poluição Sonora	Secretaria de Meio Ambiente
Voume de Resíduos Sólidos	CODESAVI
Acidentes nas praias	Corpo de Bombeiros
Trânsito e mobilidade urbana	CET
	JEPOM
Segurança	Polícia Militar
	Polícia Civil
Infraestrutura	Secretaria de Obras e Meio Ambiente
	Secretaria de Esportes e Turismo e Lazer
	Secretaria de Cultura
	Associação Comercial
Faturamento	Associação Comercial

QUADRO 1 – PARÂMETROS LEVANTADOS E ANALISADOS NO TRABALHO E SUAS RESPECTIVAS FONTES DE INFORMAÇÃO.

FONTE: A autora (2014)

As informações correspondentes à alteração da qualidade ambiental serão obtidas com base nos relatórios da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), agência do Governo do Estado responsável pelo controle, fiscalização, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição (COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013). A CETESB coleta e analisa dados periodicamente, gerando relatórios com metodologias baseadas nas legislações federais e estaduais, resoluções CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e Instruções Normativas do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).

Através destes relatórios, serão obtidas informações quanto à presença de organismos indicadores de contaminação e consequente qualidade das águas litorâneas e praias, avaliação de impacto e monitoramento do emissário submarino e histórico da classificação das praias do município (QUADROS 2 e 3, e FIGURAS 26 e 27), em baixa e alta temporada. Ainda em colaboração com técnicos da CETESB, também serão analisados os relatórios de qualidade do ar, mais especificamente os números de material particulado e gases em relação aos padrões de qualidade existentes.

CATEGORIA	
PRÓPRIA	EXCELENTE
	MUITO BOA
	SATISFATÓRIA
IMPRÓPRIA	

QUADRO 2 – CATEGORIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE BALNEABILIDADE DE PRAIAS ANALISADAS SEMANALMENTE OU MENSALMENTE

FONTE: SÉRIE DE RELATÓRIOS DA QUALIDADE DAS ÁGUAS LITORÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012)

ÓTIMA	Praias classificadas como EXCELENTES em 100% do tempo
BOA	Praias classificadas como PRÓPRIAS em 100% do tempo, exceto quando classificadas como EXCELENTES
REGULAR	Praias classificadas como IMPRÓPRIAS em até 25% do tempo
RUIM	Praias classificadas como IMPRÓPRIAS entre 25% e 50% do tempo
PÉSSIMA	Praias classificadas como IMPRÓPRIAS em mais de 50% do tempo

QUADRO 3 – ESPECIFICAÇÕES DA CLASSIFICAÇÃO ANUAL DE BALNEABILIDADE PARA AS PRAIAS COM AMOSTRAGEM SEMANAL

FONTE: SÉRIE DE RELATÓRIOS DA QUALIDADE DAS ÁGUAS LITORÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012)

Os níveis de poluição sonora na orla, nas duas épocas do ano, serão obtidos através de registros da pressão sonora em decibéis (dB) medida pela Secretaria de Meio Ambiente, de acordo com a Lei Municipal 2.361-A (QUADRO 4) e NBR 10.151 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2000).



FIGURAS 26 E 27 – FOTOS DAS BANDEIRAS VERMELHA, INDICANDO PRAIA IMPRÓPRIA PARA BANHO E VERDE, INDICANDO PRAIA PRÓPRIA PARA BANHO

FONTE: SÉRIE DE RELATÓRIOS DA QUALIDADE DAS ÁGUAS LITORÂNEAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012)

Tipos de Áreas	Diurno dB(A)	Noturno dB(A)
Áreas de sítios e fazendas	40	35
Áreas estritamente residencial urbana ou de hospitais ou escolas	45	35
Áreas mistas, predominantemente residencial	45	35
Área mista, com vocação comercial e administrativa	60	35
Área mista, com vocação recreacional	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

QUADRO 4 – VALORES SONOROS MÁXIMOS EM DECIBÉIS PERMITIDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE PARA CADA TIPO DE ÁREA

FONTE: SÃO VICENTE (2010)

Os dados referentes à variabilidade do volume de resíduos sólidos gerados serão obtidos de registros da Companhia de Desenvolvimento de São Vicente

(CODESAVI), empresa de economia mista responsável pelo gerenciamento das atividades de coletas de resíduos de lixo urbano (domiciliar, seletivo e séptico) (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE, 2013). Durante a execução do presente projeto, a quantidade de resíduos gerados nos domicílios e nas praias será analisada separadamente, para verificação do impacto turístico nas duas localidades. Além disso, a CETESB elabora um inventário de resíduos sólidos domiciliares, enquadrando o município quanto às condições de tratamento, disposição e produção per capita de resíduos.

Também serão descritas as ocorrências de acidentes com banhistas nas praias do município a partir de informações disponibilizadas pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, instituição responsável pela educação de segurança e socorro dos frequentadores das praias do município (CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013).

O trânsito e a mobilidade urbana serão avaliados com base nos registros da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), empresa pública responsável pelo gerenciamento, planejamento, educação, operação e fiscalização do trânsito, além do gerenciamento do transporte público municipal (COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO, 2013). Serão reunidos dados de lentidão no tráfego, infrações e ocorrências de acidentes. Além da CET, os membros do Projeto JEPOM (JOVENS NO EXERCÍCIO DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO MUNICIPAL, 2013) auxiliam na educação e fiscalização do trânsito do município e também poderão agregar informações. O projeto foi desenvolvido pelo Instituto de Assistência, Gestão e Educação de Municípios (IAGM), uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) que desenvolve soluções para resgatar jovens e adolescentes da ociosidade e da vulnerabilidade social.

A análise da segurança será efetuada com base nas ocorrências registradas pela Polícia Civil (POLÍCIA CIVIL, 2013) e Polícia Militar (POLÍCIA MILITAR, 2013) presentes no município, principalmente os atos cometidos nas proximidades da orla, onde se concentra a maior parte dos turistas.

A caracterização da situação de infraestrutura voltada para o turismo será desenvolvida a partir de informações fornecidas pela Secretaria de Obras e Meio Ambiente, Secretaria de Esportes e Turismo e Lazer, Secretaria de Cultura e Associação Comercial de São Vicente (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO VICENTE, 2013). Serão coletados dados relacionados com a presença de postos de

informação, sinalização turística, hotéis, apartamentos com locação para temporada, serviços e restaurantes, bem como de mão de obra diretamente empregada no setor turístico.

Como um impacto basicamente positivo, o aumento do faturamento municipal decorrente da temporada de veraneio será medido através de valores disponibilizados por empresas filiadas à Associação Comercial de São Vicente, principalmente hotéis, restaurantes, bares, quiosques, imobiliárias, mercados e outros serviços de suporte ao turista durante sua estadia.

Os fatores anteriormente mencionados (fluxo de turistas, situação das rodovias, disponibilidade de água e energia, qualidade da água, mobilidade urbana, segurança das praias, poluição sonora, segurança e infraestrutura) comporão um questionário (QUADRO 5) a fim de captar a percepção tanto da população local, quanto da população flutuante a respeito da situação do turismo na cidade de São Vicente. Além dos parâmetros citados, serão incluídos parâmetros como poluição visual, expectativa de futuro, pontos positivos e negativos do município. O número de entrevistados será cerca de 50 moradores fixos, 50 turistas e 50 pessoas ligadas diretamente ao turismo, como comerciantes formais e informais.

Uma vez agregados e analisados os dados e realizadas as entrevistas, será elaborado um relatório completo contendo todos os aspectos relacionados ao turismo no município. O relatório deverá ser apresentado para membros da administração da Prefeitura Municipal de São Vicente, de preferência com a presença de representantes das secretarias de Turismo e Cultura, Obras e Meio Ambiente, Esportes e Turismo e Lazer. Também serão convidadas a participar da exposição dos resultados as empresas e instituições que forneceram informações, como ECOVIAS, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, SABESP, CPFL, Associação Comercial de São Vicente, Polícia Rodoviária, CETESB, CODESAVI, JEPOM e CET. Além do diagnóstico do turismo, o relatório deverá conter sugestões de programas e ações de políticas públicas a serem adotadas no município.

Após apresentado o relatório, todos os dados, resultados e sugestões obtidos serão colocados à disposição da administração pública para devido proveito em políticas e medidas municipais voltadas ao turismo sustentável. O relatório deverá propor e subsidiar a elaboração de um Plano Municipal de Turismo, baseado nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Turismo, Plano Diretor Municipal e o Estatuto da Cidade.

Parâmetros	Questões
A. Caracterização de grupos	1. Sexo (F) (M)
	2. Qual a sua idade?
	(a) De 15 a 17 anos
	(b) De 18 a 21 anos
	(c) De 22 a 30 anos
	(d) De 31 a 45 anos
	(e) De 45 a 60 anos
	(f) Acima de 60 anos
B. Tráfego	3. Qual a sua escolaridade?
	(F) (M) (S) (P)
	4. Qual a sua profissão?
	5. Onde você mora?
	6. Há quanto tempo você mora/trabalha/visita?
	7. Com que frequência você frequenta?
	8. Frequenta com qual objetivo?
	9. Nas rodovias (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
C. Segurança	10. Nas ruas (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
	11. Na orla (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
D. Água	12. No município (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
	13. Na orla (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
E. Energia	14. Disponibilidade de água (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
	15. Faltou água no último ano? (S) (N) (NS)
F. Balneabilidade	16. Disponibilidade de energia (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
	17. Faltou energia no último ano?
G. Poluição sonora	18. Considera as praias sujas? (S) (N) (O)
	Se sim, quais praias e em quais épocas do ano?
H. Resíduos sólidos	19. Entra no mar com a praia imprópria? (S) (N) (O)
	20. Considera o município barulhento? (S) (N) (O)
I. Infraestrutura	Se sim, qual região e em quais épocas do ano?
	21. Considera as ruas sujas? (S) (N) (O)
	Se sim, em quais regiões e épocas do ano?
	22. Considera as praias sujas? (S) (N) (O)
J. Expectativas	Se sim, em quais épocas do ano?
	23. Separa o lixo reciclável? (S) (N) (O)
	24. De informação (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
	25. De lazer (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
	26. De estadia (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
	27. De alimentação (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
J. Expectativas	28. Outros (E) (B) (R) (R) (P) (NS)
	29. Como você imagina o município em 5 anos?
	30. Como você imagina o município em 20 anos?
	31. O que você gostaria que fosse modificado?
	32. Frequentaria novamente? (S) (N)

QUADRO 5 – QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DA SITUAÇÃO MUNICIPAL A SER APLICADO. (E) (B) (R) (R) (P) (NS)= EXCELENTE, BOM, REGULAR, RUIM, PÉSSIMO, NÃO SEI. (S) (N) (O)= SIM, NÃO E OCASIONALMENTE.

FONTE: A autora (2014)

4 CRONOGRAMA

ANO 1				
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Articulação com a prefeitura	X	X		
Contratação de equipe		X		
Treinamento de equipe		X		
Contato com instituições			X	X
Captação de dados			X	X
ANO 2				
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Entrevistas	X			
Análise de dados		X	X	
Elaboração de relatório			X	
Demonstração de resultados				X

QUADRO 6 – CRONOGRAMA TRIMESTRAL DO PROJETO REFERENTE AOS ANOS 1 E 2
 FONTE: A autora (2013)

5 ORÇAMENTO

TABELA 1 – ORÇAMENTO GERAL DO PROJETO

Itens	Unidade	Valor unitário (R\$)	Quantidade	Valor total (R\$)
Comissão de gerente de projeto	Por projeto	72.000,00	1	72.000,00
Comissão de técnico de projeto	Por projeto	36.000,00	3	108.000,00
Aluguel de automóvel	Diária	99,90	5	499,50
Combustível	Litros	2,67	50	133,50
Alimentação	Diária de campo	20,00	20	400,00
Transporte	Diária de campo	8,00	20	160,00
Material de uso geral de escritório	Por projeto	-	-	-
Folha sulfite	Resma	15,70	2	31,40
Prancheta	Unidade	2,30	4	9,20
Caneta esferográfica	Unidade	0,80	10	8,00
Lápis	Unidade	0,70	5	3,50
Borracha	Unidade	0,55	5	2,75
Clipes	Lata com 500g	7,90	1	7,90
Grampeador	Unidade	9,90	1	9,90
Grampos	Pacote com 5000 unidades	3,99	1	3,99
Toner	Unidade	169,00	1	169,00
Pasta simples	Unidade	2,20	10	22,00
Pasta organizadora	Unidade	10,99	3	32,97
Caneta salientadora	Unidade	1,99	5	9,95
Caderno	Unidade	5,60	4	22,40
Etiqueta	Rolo com 300 unidades	2,50	1	2,50
Envelope	Pacote com 100 unidades	16,40	2	32,80
Cola bastão	Unidade	4,30	2	8,60
Tesoura	Unidade	7,30	2	14,60
Régua	Unidade	1,40	3	4,20
Software	Por projeto	99,98	1	99,98
Telefone	Por projeto	400,00	1	400,00
Gravador de voz	Por projeto	156,00	1	156,00

TOTAL: 182.244,64

FONTE: A autora (2013)

TABELA 2 – ORÇAMENTO DETALHADO DO PROJETO

	2014				Total anual
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
Comissão de gerente de projeto	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	36.000,00
Comissão de técnico de projeto	13.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	54.000,00
Aluguel de automóvel	-	-	-	-	-
Combustível	-	-	-	-	-
Alimentação	-	-	-	-	-
Transporte	-	-	-	-	-
Material de uso geral de escritório	-	56,50	56,50	56,50	169,00
Software	-	-	-	-	-
Telefone	-	-	200,00	200,00	400,00
Gravador de voz	-	-	-	-	-
	TOTAL:				90.569,00

	2015				Total anual
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
Comissão de gerente de projeto	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	36.000,00
Comissão de técnico de projeto	13.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	54.000,00
Aluguel de automóvel	499,50	-	-	-	499,50
Combustível	133,50	-	-	-	133,50
Alimentação	400,00	-	-	-	400,00
Transporte	160,00	-	-	-	160,00
Material de uso geral de escritório	56,50	56,50	56,50	56,50	226,00
Software	-	99,98	-	-	99,98
Telefone	-	-	-	-	-
Gravador de voz	156,00	-	-	-	156,00
	TOTAL:				91.674,00

FONTE: A autora (2013)

6 RESULTADOS ESPERADOS

No decorrer da obtenção e análise de dados, são esperados, como impactos negativos decorrentes da temporada de veraneio, o aumento significativo do movimento de veículos nas rodovias de acesso e o consequente aumento do número de ocorrências de acidentes nas estradas. Com a população verificada provavelmente triplicada nas áreas próximas à orla, é muito provável o aumento dos consumos de água e luz nas residências e o aumento da produção de resíduos sólidos domiciliares e também de limpeza de praias e varrição das vias na mesma proporção que o aumento populacional.

Diretamente nas praias, ainda como impactos negativos, espera-se que haja um aumento do número de assistências do Corpo de Bombeiros a acidentes envolvendo banhistas e praticantes de esportes aquáticos e o aumento do número de denúncias e ocorrências de níveis sonoros acima do permitido, especialmente na área de entorno da orla no período da noite.

Acredita-se que os parâmetros ambientais de qualidade da água e poluição atmosférica sejam alterados durante a temporada com mais frequentadores nas praias em relação às coletas mensais realizadas em outras épocas do ano. Alteração que resultaria também na mudança da bandeira indicativa de balneabilidade verde para a vermelha nas praias do município.

Em todo o município, em decorrência do aumento repentino do número de veículos, provavelmente serão registradas dificuldades na mobilidade urbana, com intervalos de tempo maiores para pequenos deslocamentos e um aumento do número de infrações de trânsito. A pesquisa também deverá demonstrar o aumento do número de ocorrências registradas pelas Polícias Civil e Militar, especialmente assaltos, furtos e agressões nas proximidades das praias. Acredita-se que o aumento de ocorrências não será tão expressivo devido ao reforço policial nos meses de verão.

Com relação à infraestrutura, as análises possivelmente demonstrarão apoio insuficiente aos turistas e deficiências nos serviços prestados durante os meses de maior movimento. Porém, deve-se registrar um grande número de pessoas empregadas diretamente no setor turístico.

Espera-se que as entrevistas comprovem a estrita relação da população local com o turismo de verão, desde os moradores frequentadores das praias até aqueles que atuam diretamente com o fenômeno turístico através de restaurantes, barracas licenciadas, quiosques, comércio informal, lojas, restaurantes e hotéis. Além da população local, as entrevistas deverão traçar os perfis mais comuns de turistas, desde usuários esporádicos até usuários frequentes das instalações do município. Acredita-se também que os turistas não tenham conhecimento do Parque Estadual Xixová-Japuí e suas opções de lazer e educação. Espera-se ainda que as entrevistas possam evidenciar os principais anseios da população local e visitante para com o município e que isso possa servir de base para tomadas de decisão futuras.

Como principal impacto positivo, deverá ser notado um aumento significativo do faturamento do setor terciário nos meses de verão. As atividades mais estritamente relacionadas com o turismo, como hotéis, restaurantes, atividades de lazer e comércio direto, provavelmente sofrerão maior impacto da atividade nos seus lucros. Esse faturamento possivelmente tem grande influência nos lucros anuais, fazendo com que os empresários e funcionários tenham que administrar esses ganhos ao longo do ano.

Finalizadas as pesquisas e análises de dados, o relatório deverá contemplar os aspectos mais relevantes do fenômeno turístico no município de São Vicente e sugerir programas e ações a serem adotados pela administração pública com base nos resultados obtidos. Na etapa de apresentação do relatório à equipe multidisciplinar da prefeitura, espera-se que os resultados sejam bem recebidos e que possam, em longo prazo, subsidiar a elaboração de programas e políticas públicas, especialmente um Plano Municipal de Turismo.

7 RESULTADOS ESPERADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Uma vez implantado, o Plano Municipal de Turismo do Município de São Vicente norteará o processo de planejamento em longo prazo. O planejamento deverá ser pautado nos levantamentos realizados pelo presente trabalho e baseado nos horizontes e cenários traçados.

A qualidade ambiental, segurança, mobilidade, infraestrutura devem ser contempladas com políticas, programas, ações e metas com objetivo de incremento do setor turístico. O incentivo ao turismo ecológico nas áreas verdes e a difusão e valorização da história de São Vicente também deverão ser beneficiados em decorrência da implementação do Plano (QUADRO 7).

Na condição de Plano, devem ser estabelecidas campanhas de monitoramento periódicas e aplicação do questionário em intervalos pré-estabelecidos. O monitoramento tem como objetivo o acompanhamento e a avaliação da implementação do Plano, a fim de garantir o alcance dos resultados esperados e, se necessário, promover mudanças nos programas e ações.

Espera-se que o Plano contribua significativamente para o ordenamento turístico do município. Paralelamente ao turismo, o ordenamento de uma forma geral será melhorado, visto que diversos setores estarão envolvidos e comprometidos com as diretrizes estabelecidas, beneficiando assim toda a população, mesmo que não envolvida diretamente com o turismo.

Políticas	Programas	Ações
Qualidade ambiental	Conscientização	Mutirão de limpeza Sinalização Panfletagem
	Pesquisa e Monitoramento	Fomento à pesquisa Campanhas de monitoramento
Segurança	Combate à acidentes nas praias	Sinalização Contratação de salva vidas
	Segurança nas ruas	Policimento Iluminação
Mobilidade	Conscientização	Sinalização Informação
	Fluidez no trânsito	Fiscalização Obras nas vias Prevenção de enchentes
Infraestrutura	Informação	Postos de informação Informação física e virtual
	Serviços	Incentivo à empresas prestadoras Padrão de qualidade de serviços
Inclusão social	Jovem no mercado de trabalho	Incentivo à contratação de jovens Acompanhamento escolar
Valorização Histórica	Difusão do conhecimento	Programação televisiva Sinalização dos pontos turísticos
	Incentivo à visitação	Descontos nos ingressos Exposição interativa
Valorização ambiental	Promoção do Parque Estadual Xixová-Japuí	Programação televisiva Sinalização
	Incentivo à visitação monitorada	Painéis explicativos Capacitação de guias

QUADRO 7 – SUGESTÕES PRÉVIAS DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

FONTE: A autora (2014)

8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

No caso do turismo, somente o conhecimento profundo dos mecanismos que levam ao desenvolvimento e interesse da atividade irão gerar ações que vem ao encontro dos anseios e expectativas das partes envolvidas. Com base nisso, o turismo poderá desenvolver-se em longo prazo com benefícios para todos, sem que haja um sucateamento do local e que este, posteriormente, caia em desuso.

O presente projeto ressalta a importância da articulação dos diferentes setores públicos e privados a fim de promover ações de interesse coletivo. Apenas com a colaboração dos mais diversos níveis da sociedade serão possíveis a elaboração e a implementação de políticas públicas efetivas, em especial as que afirmem práticas sustentáveis.

Para que sustentabilidade torne-se plena, tanto as questões ambientais como as sociais e econômicas devem ser consideradas nas tomadas de decisão.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (AGEM). **Programa Regional de Identificação e Monitoramento de Áreas Críticas de Inundação, Erosões e Deslizamentos - PRIMAC**. Fundo Estadual de Recursos Hídricos FEHIDRO, 2002. 63 p. Relatório técnico.

AMORIM, R. R.; OLIVEIRA, R. C. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente-SP. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 177-198, 2008.

ANDRADE et al. **Planejamento Governamental de Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual**. São Paulo: Atlas, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10151**: avaliação de ruído em áreas habitadas, visando ao conforto da comunidade. Rio de Janeiro, 2000.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO VICENTE. 2013. Disponível em <<http://www.acesaovicente.com.br>>. Acesso em 30 set. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 7.661, de 16 de maio de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 maio 1988. Seção 1, p.8633

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p.1.

BRASIL. Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set. 2008. Seção 1, p.1.

BRASIL. Decreto n. 7.994, de 24 de abril de 2013. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2013a. Seção 1, p. 13.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. Brasília, [2013b]. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional >. Acesso em: 07 dez. 2013.

CARMO, E. S.; GADOTTI, G. A.; BOIA, Y. T. K. Análise comparada da evolução de sítios turísticos: Santos (SP) e Balneário Camboriú (SC). **Turismo-Visão e Ação**, Balneário Camboriú, SC, ano 2, n.3, p. 27-40, 1999.

CARMO, R. L.; SILVA, C. A. M. População e Mudanças Climáticas no Contexto Litorâneo: uma análise na Região Metropolitana da Baixada Santista. **Revista Veracidade**, Salvador, ano IV, n. 4, 2009.

CARVALHO, S. N. Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 130-135, 2001.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE. 2013. Disponível em <<http://www.codesavi.com.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO. 2013. Disponível em <<http://www.cetsantos.com.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2013. Disponível em <<http://www.SABESP.com.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2013. Disponível em <<http://www.cetesb.sp.gov.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ. 2013. Disponível em <<http://www.cpf.com.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2013. Disponível em <<http://www.ccb.polmil.sp.gov.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

CROSSLAND, C.L.; KREMER, H.H.; LINDEBOOM, H.J.; CROSSLAND, M.J.I.; TISSIER, M.D.A.L.E. **Costal Fluxes in the Anthropocene**. New York: Springer, 2005.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E.; YOUNG, A.F. Dinâmica demográfica intrametropolitana na Região Metropolitana da Baixada Santista, no período pós-1970, In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006. p. 399-434.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM. 2013. Disponível em <<http://www.der.sp.gov.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

ECORODOVIAS. 2013. Disponível em <<http://www.ECOVIAS.com.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 212-259, 2000.

FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano de Manejo do Parque Estadual Xixová-Japuí - Volume Principal**. São Paulo, 2010. 544 p. Relatório Técnico.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Série**

de Relatórios- Qualidade das Águas Litorâneas do Estado de São Paulo. São Paulo, 2012, 95 p. Relatório Técnico.

GUNCE, E. Tourism and local attitudes in Girne, Northern Cyprus. **Cities**, v. 20, n. 3, p. 181–195, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Infográficos:** dados gerais do município - São Vicente. Rio de Janeiro, 2013. Relatório Técnico.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Infográficos:** despesas e receitas orçamentárias e PIB - São Vicente. Rio de Janeiro, 2013. Relatório Técnico.

JAKOB, A. A. E. **Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000.** 221f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy:** a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, EUA: Goodyear, 1980.

MERLO, M; PAVERI, M. Formación y ejecución de políticas forestales: un enfoque sobre la combinación de herramientas de política. In: CONGRESO FORESTAL MUNDIAL, 11., 1997, Antalya. **Anais...** Formulación, análisis y ejecución de políticas forestales. Antalya: FAO, 1997. v. 5, tema 32, p. 207-239.

MESQUITA, C. Turismo e planejamento regional. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano III, n. 4, p. 107-111, 2001.

MIDAGLIA, C. L. V. **Turismo e meio ambiente no litoral paulista:** dinâmica da balneabilidade nas praias paulistas. 179 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ONU. **Relatório Brundtland:** Nosso Futuro Comum. Oxford: Oxford University Press, 1987. Commission on Environment and Development. Relatório técnico.

PEREIRA, F. R. S.; KAMPEL, M.; SOUTO, R. D.; POLETTE, M. Avaliação do impacto antropogênico no litoral norte de São Paulo utilizando técnicas de geoprocessamento. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14., 2009, Natal. **Anais...** Natal: INPE, 2009. p. 4223-4230.

PEREIRA, J; FELIPPE, S.; NETO, L.M. Turismo sustentável: um estudo de caso referente à manutenção do Programa Bandeira Azul, em Jurerê Internacional. **Observatório de Inovação do Turismo**, Botafogo, v.4, n. 3, 2011.

PETERS, B. G. **American Public Policy:** promise and performance. 5.ed. New York: Chatham House Publishers, 1986.

POLÍCIA CIVIL. 2013. Disponível em <<http://www.policiacivil.sp.gov.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

POLÍCIA MILITAR. 2013. Disponível em <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

PORTAL DO PLANALTO. Plano Nacional de Turismo 2013-2016 tem meta de colocar Brasil entre maiores economias turísticas do mundo. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/plano-nacional-de-turismo-2013-2016-tem-meta-de-colocar-brasil-entre-maiores-economias-turisticas-do-mundo.html>>. Acesso em: 07/12/2013.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE. 2013. Disponível em: <<http://www.saovicente.gov.br.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

PROJETO JOVENS NO EXERCÍCIO DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO MUNICIPAL. 2013. Disponível em <<http://www.jepom.org.br>>. Acesso em 23 set. 2013.

REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, C. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 255-271, 2007.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YAZIGI, E.; CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.C.A. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 55-62.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 100-111, 1999.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papyrus, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANSOLO, D. G.; CRUZ, R. C. A. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1-6, 2003.

SANTOS, A. **Construção das Políticas Públicas – processos, atores e papéis**. Instituto Polis, 2009. E-book. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1244/1244.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

SANTOS, H. Políticas públicas, Estado e sociedade. **Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 5-9, 2005.

SÃO PAULO. Decreto n. 37.536 de 27 de setembro de 1993. **Diário Oficial**, São Paulo, SP.

SÃO VICENTE. Lei Complementar n. 270, de 29 de dezembro de 1999. Institui o Plano Diretor do Município de São Vicente. **Diário Oficial**, São Vicente, SP, 1999.

SÃO VICENTE. Lei Municipal n. 2361-A, de 20 de abril de 2010. Dispõe sobre ruídos urbanos, proteção do bem-estar e do sossego público e dá outras providências. **Diário Oficial**, São Vicente, SP, 2010.

SCHMITHUSEN, F. Comprender el impacto transversal de las políticas: aspectos jurídicos y de políticas. **Estudio FAO Montes**, Roma, n. 142, p. 7-50, 2005.

SILVA, A. G. C. **Análise da infraestrutura básica do Balneário de Canasvieiras**. 116f. Tese (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação Balneário Camboriú, Balneário Camboriú, 2005.

SILVA, C. A. M. **Mudanças ambientais e população litorânea: o caso de Santos, Guarujá e São Vicente**. Florianópolis, 2009. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

SILVA, C. A. M. **Riscos ambientais em zonas costeiras da Baixada Santista**. Caxambu, 2010. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

SILVA, S. T. Planejamento urbano na Zona Costeira. In: XVI CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - CONPEDI, Fortaleza. **Anais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

SILVA, E. I.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciência da Informação da UFSC, 2005.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

VILLAÇA, F. Dilemas do Plano Diretor. In: FUNDAÇÃO FARIA LIMA. **O Município no Século XXI: Cenários e Perspectivas**. São Paulo: CEPAM, 1999. p. 237-248.

YOUNG, A. F.; FUSCO, W. **Espaços de Vulnerabilidade Socioambiental para a População da Baixada Santista: identificação e análise das áreas críticas**. Caxambu, 2006. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

ZUNDT, C. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação de rede urbana regional e metropolização. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas**

Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006. p. 305-36.